



América e a formação do sistema-mundo moderno-colonial

A **globalização** que vivemos nos dias de hoje é o auge de um processo iniciado há mais de 500 anos a partir da conquista da América, do desenvolvimento do sistema capitalista e da formação de um novo padrão de poder mundial centrado na Europa. Nesse processo, a América foi o ato constitutivo, o ponto de partida para a formação do que viria a ser o **sistema-mundo** moderno, um novo padrão de poder mundial.

A partir do século XVI, no entanto, este quadro começa a sofrer grande transformação. A emergência de um novo circuito comercial, inaugurado com o “descobrimento” e o processo de colonização da América, passa a estabelecer uma ligação entre o Mediterrâneo e o Atlântico, conectando pela primeira vez na história todos os circuitos mundiais até então existentes e lançando os alicerces do que viria a ser o moderno sistema-mundo. Estrutura-se, então, uma profunda transformação no imaginário global das civilizações daquele período. Pela primeira vez na História, uma visão total do que seria o planeta torna-se disponível. E, também como fato inédito, a Europa passa a ocupar um lugar central neste imaginário de mundo.

É neste cenário de grandes mudanças que são lançadas as bases da formação do sistema-mundial moderno. Os circuitos comerciais de todas as regiões do planeta estão, pela primeira vez, conectados e uma nova concepção global do mundo passa a estar disponível. **Um novo padrão de poder mundial** começa a se constituir **centrado na Europa** e não mais na China. Nesse novo desenho de forças que se inaugura, a conquista da América exerce um papel-chave, pois a América enquanto uma região sob controle europeu teve importância decisiva na formação do sistema-mundial moderno e na própria formação da economia capitalista. Sem América, não haveria sistema capitalista mundial.

Ao contrário do que estamos acostumados a imaginar, a América exerceu um papel decisivo no processo de formação do sistema-mundo moderno. É apenas a partir do surgimento da América que a Europa se afirma como centro geopolítico do mundo. Sem o ouro e a prata da América, sem a ocupação de suas terras para o plantio da cana-de-açúcar, do café, do tabaco e tantas outras especiarias, sem a exploração do trabalho indígena e escravo, a Europa não se faria nem moderna, nem centro do mundo. Desta forma, é no violento processo de dominação e exploração da América que se localiza um dos principais fatores da profunda transformação que o cenário mundial sofre em finais do século XV e início do século XVI. O extermínio de populações inteiras, a escravidão, a servidão, a exploração das riquezas naturais, encontram-se nos fundamentos das relações sociais e de poder que instituem América, Europa e o sistema-mundo moderno que se ergue.

No entanto, não é possível entender o colonialismo apenas a partir dos aparatos militares e administrativos que engendram a dominação física de algumas populações e territórios. O colonialismo deve ser entendido também a partir dos discursos de inferiorização dos colonizados. Inferiorização imposta pelo colonizador e incorporada e reproduzida nos próprios referenciais culturais do colonizado. Logicamente, não é possível submeter à servidão aos homens sem inferiorizá-los parte por parte. Nesta acepção, se evidencia o profundo vínculo entre colonialismo e racismo, pois o racismo não é mais que a explicação emocional, afetiva, algumas vezes intelectual, desta inferiorização. As relações sociais e de poder que erguem o sistema-mundo moderno e produzem a América enquanto território sob domínio europeu se estruturam em torno de dois eixos fundamentais: a classificação da população mundial a partir da ideia de raça e a articulação de todas as formas de controle do trabalho.

Os processos de classificação social encontram-se intimamente relacionados com a questão do poder na sociedade, pois se referem aos lugares e às posições que indivíduos e grupos sociais ocupam (ou devem ocupar) no controle das dimensões básicas da existência social. As classificações sociais não são atributos naturais ou biológicos já dados pela realidade, mas construções históricas que, erguidas nas relações sociais, naturalizam-se no próprio processo de reprodução e manutenção de um determinado padrão de poder. Não determinam os indivíduos e grupos sociais, mas os fazem, na mesma medida em que também por eles são refeitas.

A partir, então, da conquista da América, **trabalho, raça e gênero** se articulam como os três eixos principais de classificação social do novo padrão mundial de poder. As diferenças fenotípicas, como por exemplo, a cor da pele, a forma e cor do cabelo, dos olhos, do nariz, começam a ser utilizadas no processo de colonização como forma de diferenciar conquistadores e conquistados, europeus e não-europeus, estabelecendo, assim, uma relação de superioridade e inferioridade pautada nas distintas estruturas biológicas de cada grupo social e criando supostas gradações de seres humanos. Assim, são criadas identidades sociais até então não existentes, como índio, negro e mestiço. Designações que, como sabemos, homogeneizaram em um único termo, uma imensa diversidade de povos, como é o caso das culturas Inca, Maia, Asteca, Guarani, Quéchua, Aimara, Banto entre tantas outras que tiveram suas diferenças reduzidas a uma única categoria social.

É com a invenção eurocêntrica da América, portanto, que surge o conceito de **raça**; maneira de legitimar as relações de dominação impostas pela conquista e estabelecer o controle europeu sobre todas as formas de subjetividade, cultura, e produção do conhecimento. Nenhum dos habitantes do continente que conhecemos como África jamais se chamou de negro, assim como os europeus até então jamais haviam se chamado de branco. A distinção/discriminação das pessoas com a noção pseudo-científica de raça é parte de um sistema de poder mundial que nos habita até hoje. Assim, embora a raça não exista como conceito científico, o racismo existe como

fenômeno social real. Os negros e os povos originários que o digam e, costumam dizer com a força de um conhecimento que não é só conhecimento, mas conhecimento com sentimento na medida em que o racismo não é simplesmente uma ideia, mas prática cotidianamente sofrida.

Contudo, é importante destacar que enquanto matriz classificatória, o racismo é mais amplo que a categorização do ser humano a partir de suas características físicas e se desdobra em todos os planos da existência social, como a religião, a língua e as classificações geopolíticas do mundo. A categorização racial não consiste simplesmente em dizer 'és negro ou índio, portanto, és inferior', mas sim dizer 'não és como eu, portanto, és inferior'. Aos poucos, as identidades sociais inventadas pela classificação racial da população mundial associam-se ao lugar que estes grupos passam a ocupar na divisão do trabalho. Os índios, portanto, passam a estar associados à estrutura social da servidão, os negros à escravidão e o europeu ao trabalho assalariado. Assim, o trabalho não-pago passa a estar vinculado às "raças" dominadas, posicionadas como inferiores, e o trabalho assalariado aos brancos, aos europeus.

A partir da ideia de raça, portanto, se instituem um conjunto de relações de poder que hierarquizam os lugares e suas gentes, classificando-os de acordo com um suposto grau de evolução e desenvolvimento societário linear que vai da natureza à cultura, ou melhor, da América e da África, onde estão os povos primitivos mais próximos da natureza, à Europa, onde está a cultura, a civilização". Logo se observa, os parâmetros de modelo civilizatório e de classificação das populações são dados por aqueles que estão em uma posição de poder para decidir onde uma cultura se localiza em relação aos próprios referenciais de mundo de quem as classificou.

Nestes termos, alguns povos e grupos sociais acabam por ser identificados fora da categoria de seres humanos, são descartáveis, prescindíveis e não formam parte da história, ou são rotulados como seres humanos de segunda classe, como no caso dos índios e dos escravos africanos. A este padrão de controle, hierarquização e classificação da população mundial que afeta todas as dimensões da existência social, e que tem no conceito de raça seu eixo estruturante, Aníbal Quijano¹ denominou colonialidade do poder. Para o autor, a colonialidade não se esgota no colonialismo, forma de dominação político-econômica e jurídico-administrativa das metrópoles europeias sobre suas colônias, expressa, mais que isto, um conjunto de relações de poder mais profundo e duradouro que, mesmo com o fim do colonialismo, se mantém arraigado nos esquemas culturais e de pensamento dominantes, legitimando e naturalizando as posições assimétricas em que formas de trabalho, populações, subjetividades, conhecimentos e territórios, são localizadas no mundo contemporâneo.

Adaptado de: PORTO-GONÇALVES, C. W.; QUENTAL, P. A.. Colonialidade do poder e os desafios da integração regional na América Latina, *Polis* [En línea], 31, 2012.

1 Aníbal Quijano foi um sociólogo e pensador peruano, conhecido por ter desenvolvido o conceito de "colonialidade do poder".

ATIVIDADES:

1) Com relação ao Sistema-Mundo quais das afirmações abaixo estão corretas:

- I) devemos compreender o Sistema-Mundo como o conjunto de relações econômicas entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos;
- II) o Sistema-Mundo corresponde a um conjunto de relações, em diferentes campos, iniciadas no período colonial e que se estende até os dias de hoje;
- III) com base nas relações estabelecidas pelo Sistema-Mundo regiões como a América Latina foram dominadas e exploradas por nações europeias;
- IV) o Sistema-Mundo foi uma forma de tentar garantir o desenvolvimento econômico de forma igualitária para todas as regiões do mundo;

Estão corretas:

- A) III e IV
B) II e III
C) I e II
D) I e IV

2) Elabore um pequeno texto, entre 5 e 8 linhas, que contenha obrigatoriamente os seguintes conceitos:

SISTEMA-MUNDO; AMÉRICA LATINA; COLONIALIDADE; RACISMO.

Observações:

- a) as palavras podem ser utilizadas em qualquer ordem em seu texto;
- b) todas as palavras devem obrigatoriamente ser utilizadas em seu texto.

This image shows a blank sheet of white paper with ten horizontal black lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page, providing a template for writing or drawing.